

450

QUESTÕES

COM RESPOSTAS

FCC
E OUTRAS INSTITUIÇÕES



SÓ 
QUESTÕES

MANAUSPREV-AM

MANAUS PREVIDÊNCIA - AMAZONAS

ANALISTA PREVIDENCIÁRIO ADMINISTRATIVA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico-Matemático
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Noções de Inteligência Artificial
- ▶ Noções de Direito Constitucional
- ▶ Noções de Direito Administrativo
- ▶ Noções de Direito Civil
- ▶ Noções de Direito Previdenciário e Legislação Municipal





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas.
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





MANAUSPREV-AM

MANAUS PREVIDÊNCIA - AMAZONAS

GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas

EDITAL Nº 01/2026 DE ABERTURA DE
INSCRIÇÕES

CÓD: OP-031ST-26
7901204402061

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico-Matemático	39
3. Noções de Informática	55
4. Noções de Inteligência Artificial.....	71
5. Noções de Direito Constitucional.....	81
6. Noções de Direito Administrativo	97
7. Noções de Direito Civil.....	115
8. Noções de Direito Previdenciário e Legislação Municipal	129

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FCC - 2024)

As palavras cuja presença de acento gráfico se justificam pela mesma regra são

- (A) já - ai - há.
- (B) abdômen - hífen - íterim.
- (C) automóvel - almíscar - protótipo.
- (D) bílis - íris - brócolis.
- (E) juízes - balaústre - país.

2. (FCC - 2024)

A mesma regra justifica a presença de acento em todas as palavras em:

- (A) fanático, solitário, científico, cômico.
- (B) irlandês, polinésio, congolês, indonésio.
- (C) terapêutico, mímica, antepenúltimo, lírico.
- (D) cerimônia, descartável, espécie, música.
- (E) imundície, horário, melancólico, longínquo.

3. (FCC - 2026)

Seguem a mesma regra de acentuação as palavras

- (A) Araújo, inútil, física.
- (B) você, é, nós.
- (C) angústias, atrás, atribuídas.
- (D) decrépita, autocrítica, etária.
- (E) privilégio, sexagenário, média.

4. (FCC - 2026)

Neste ano, Rita Lee e Roberto de Carvalho comemorariam 50 anos do momento em que ela convidou o então guitarrista de Ney Matogrosso para jantar e se apaixonou. “Amor à primeira tecla”, escreveu a roqueira em “Rita Lee: Uma Autobiografia.” Ele está de passagens compradas para o Rio, onde nasceu, para desfilar no último carro da Mocidade Independente de Padre Miguel. A escola levará à Sapucaí o enredo “Rita Lee – A Padroeira da Liberdade”.

Apesar de receber o convite como uma grata surpresa, a família fez exigências: sem produtos animais. “Era algo extremamente importante para Rita e para nós. Tenho certeza de que, onde estiver, ela está se regozijando com essa homenagem.”

Como está a sua relação com a música?

Eu não planejava ser músico profissional. Toquei com alguns artistas, mas o meu encontro com a Rita foi fatal para que a minha vida ficasse inteiramente voltada à música. Quando a gente parou de fazer show, outros interesses surgiram. Eu me dediquei à jardinagem; a Rita, aos livros. Continuo tocando muito. Meu público mais fiel é o Juninho, meu cachorro – basta eu sentar ao piano que ele aparece. Mas não tenho a intenção de exercer a profissão. Não é impossível, mas é improvável. Sinto que, na música, já fiz o que tinha de fazer. Quando toco hoje, às vezes me soa derivativo.

(Disponível em: www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo. 02. 2026. Adaptado) A palavra formada a partir de prefixo de negação está sublinhada no trecho:

- (A) Quando toco hoje, às vezes me soa derivativo.
- (B) Não é impossível, mas é improvável.
- (C) Eu me dediquei à jardinagem; a Rita, aos livros.
- (D) ela está se regozijando com essa homenagem.
- (E) Mas não tenho a intenção de exercer a profissão.

5. (FCC - 2026)

Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto a seguir.

Um pai autoritário

No romance **Paradiso**, o grande escritor cubano José Lezama Lima diz que um ser humano só começa a envelhecer depois da morte do pai. Freud atribui a essa morte um dos grandes traumas de um filho.

Mas há também pais terríveis, opressores e tirânicos, na vida e na literatura. **Carta ao pai**, de Franz Kafka, é um dos exemplos notáveis de pai repressivo, que interfere nas relações amorosas e na profissão do filho. Um pai que não se conforma com um grão de felicidade do jovem Franz. **A Carta** é o inventário de uma vida infernal.

É difícil saber até que ponto o pai de Kafka na **Carta** é totalmente verdadeiro. Pode ser uma construção ficcional ou um pai figurado, mais ou menos próximo do verdadeiro. Mas isso atenua o sofrimento do narrador? O leitor acredita na figuração do pai. Em cada página, o que prevalece é uma alternância de sofrimentos e humilhações, imposta por um homem prepotente e



AMOSTRA

autoritário. Um grande escritor não depende de que ele seja inteiramente fiel aos fatos; sua fidelidade é com a força das palavras que é capaz de escrever.

(Adaptado de: HATOUM, Milton. **Um solitário à espreita**.

São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 204)

Os tempos e modos das formas verbais estão adequadamente articulados na frase:

- (A) Seus méritos de narrador serão reconhecidos conforme você venha a escrever.
- (B) Caso você apurasse sua escrita, mais leitores terá conquistado.
- (C) Conviria ao filho que o pai reflita sobre suas supostas ações educativas.
- (D) O filho sempre pedia ao pai que contenha sua fúria injustificável.
- (E) Se você escrever sempre assim, teria minha admiração incondicional.

6. (FCC - 2025)

Interativo demais

Antigamente, os escritores eram admirados apenas pelo que publicavam em livros e revistas. Quando algum leitor gostava muito do que havia lido e queria compartilhar com alguém, dava o livro de presente ou emprestava o seu. O conteúdo mantinha-se preservado, assim como seu autor. Ninguém divulgava um texto de Somerset

Maugham como sendo de Virgínia Woolf, ninguém infiltrava parágrafos do Rubem Braga num texto do Sartre, ninguém criava novos finais para os poemas de Cecília Meireles. O escritor e sua obra eram respeitados, e os leitores podiam confiar no que estavam consumindo.

Além disso, artistas de cinema, músicos e esportistas eram mitos a cuja intimidade não se tinha acesso. Marilyn Monroe, Frank Sinatra e Ayrton Senna entregavam ao público o que prometiam - sua arte - e o resto era especulação. Mais tarde pipocavam biografias, saciando a curiosidade do público, mas o legado desses ícones se manteve para sempre incorruptível: eram os donos legítimos de sua imagem, de sua voz e de suas palavras.

Era uma época em que aceitávamos pacificamente nossa condição de plateia, até que se inventou o conceito de interatividade e as ferramentas para exercê-la. Por um lado, a sociedade se democratizou, todos passaram a ser ouvidos, diminuiu a distância entre padrões

acabou envolvendo para a maledicência e a promiscuidade virtual. Hoje ninguém consegue mais ter controle sobre sua imagem ou seu trabalho. Um ator de televisão diz “oi” para uma amiga na rua e na manhã seguinte correm notícias de que estão de casamento marcado. Uma cantora cancela um show porque está afônica e logo surge o boato de que tentou suicídio. Um escritor publica um texto no jornal e três segundos depois o mesmo texto está na internet, atribuído a Toulouse-Lautrec, que nem escritor foi.

(Adaptado de Martha Medeiros. *A graça da coisa*. L&PM Editores. 2013)

Na frase **Mais tarde pipocavam biografias, saciando a curiosidade do público**, a forma verbal pipocavam expressa

- (A) uma hipótese não realizada, expressando irrealidade do fato.
- (B) uma atividade subordinada à ideia de simultaneidade com o presente.
- (C) um comportamento que começou no passado e se estende até o presente.
- (D) um processo pontual e concluído no passado, reforçando o aspecto factual.
- (E) uma ação habitual, coerente com a ideia de algo recorrente no tempo.

7. (FCC - 2026)

Leia o poema de Cecília Meireles, extraído do livro **Viagem**, para responder à questão.

Serenata

Permite que feche os meus olhos, pois é muito longe e tão tarde! Pensei que era apenas demora, e cantando pus-me a esperar-te.

Permite que agora emudeça: que me conforme em ser sozinha. Há uma doce luz no silêncio e a dor é de origem divina.

Permite que volte o meu rosto para um céu maior que este mundo, e aprenda a ser dócil no sonho como as estrelas no seu rumo.

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o sublinhado no verso Permite que feche os meus olhos está também sublinhado em:

- (A) e cantando pus-me a esperar-te
- (B) Pensei que era apenas demora
- (C) Pensei que era apenas demora
- (D) e aprenda a ser dócil no sonho
- (E) Há uma doce luz no silêncio

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1. (FCC - 2022)

Durante uma campanha de vacinação dos colaboradores, foi realizado o registro diário do número de unidades de seringas de 1 mL consumidas durante 7 dias consecutivos, conforme demonstrado na tabela abaixo. Com isso, a enfermeira pôde verificar o volume de seringa consumido por dia e a variação do consumo de um dia para o outro.

Número de unidades de seringa de 1 mL consumidas por dia							
Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5	Dia 6	Dia 7	Dia 8
48	60	35	23	50	35	48	35

Com esses dados, a enfermeira verificou que a moda das variações do número de consumo diário de seringas de 1 mL, no período considerado, corresponde a

- (A) 35.
- (B) 48.
- (C) 41,5.
- (D) 41,7.
- (E) 42.

2. (FCC - 2024)

A tabela abaixo apresenta um conjunto de dados, com intervalos de classes e frequências absolutas por intervalo, que demonstram os pesos das pessoas que deram entrada, numa única noite, em um posto de saúde público.

I	peso (kg)	fi
1	40 – 44	11
2	44 – 48	5
3	48 – 52	3
4	52 – 56	8
5	56 – 60	12
6	60 – 64	1
7	64 – 68	9

8	68 – 72	6
9	72 – 76	10
10	76 – 80	7
	Σ	72

Para esse caso, a Moda Bruta é de:

- (A) 58 kg.
- (B) 64 kg.
- (C) 56,4 kg.
- (D) 60,6 kg.
- (E) 70 kg.

3. (FCC - 2021)

O número de processamento de documentos da Divisão de Pesquisa e Informação do Tribunal de Justiça requer uma análise refinada de variáveis quantitativas. Dentre os procedimentos analíticos, indicam-se as medidas de dispersão, representadas por

- (A) Média harmônica e Média geométrica.
- (B) Amplitude total e Desvio médio absoluto.
- (C) Moda e Mediana.
- (D) Média aritmética simples e Média aritmética ponderada.
- (E) Mediana para dados agrupados em classes e Mediana para dados não agrupados.

4. (FCC - 2023)

Em determinada empresa, a população (P_1) é formada pelos salários dos 100 empregados, sendo que a média salarial é igual a 5 salários mínimos (SM) e o desvio padrão igual a 0,5 SM. Sabe-se que 20 empregados ganhando, cada um, 5 SM saem da empresa formando uma nova população (P_2) com os 80 empregados restantes. É correto afirmar que

- (A) o salário médio de P_2 é igual a 4 SM.
- (B) o coeficiente de variação de P_2 é igual ao coeficiente de variação de P_1 .
- (C) o desvio padrão de P_2 é igual ao desvio padrão de P_1 multiplicado por 1,25.
- (D) a soma dos quadrados dos elementos de P_1 supera a soma dos quadrados dos elementos de P_2 em 250.
- (E) a variância de P_2 é igual a 5/16.

AMOSTRA

5. (FCC - 2022)

Uma população P_1 é formada pelos salários, em salários mínimos (SM), dos 100 empregados em uma empresa. A média dos salários de P_1 é igual a 4 SM com um coeficiente de variação igual a 20%. A empresa decide contratar mais 25 empregados ganhando, cada um, 6 SM e verifica que o salário médio passa a ser de 4,4 SM. A nova população P_2 formada, com 125 empregados, apresenta uma variância igual a

- (A) 1,152
- (B) 1,440
- (C) 1,248
- (D) 1,210
- (E) 1,690

6. (FCC - 2024)

A Tabela a seguir demonstra uma série de dados não agrupados que representam o total de faltas no trabalho, por mês, com atestado médico:

Faltas no trabalho por mês em 2023											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
10	10	2	3	4	8	5	2	4	1	1	10

Sendo assim, a Frequência Relativa de 10 faltas é de:

- (A) 20%.
- (B) 25%.
- (C) 10%.
- (D) 30%.
- (E) 12%.

7. (FCC - 2026)

Um fiscal de tributos considera um teste de hipóteses estatístico para avaliar uma política pública, em que a Hipótese Nula (H_0) assume que a política não teve efeito na taxa de inadimplência. Um Erro Tipo I é

- (A) concluir que a política reduziu a inadimplência, quando na verdade ela não produziu efeito algum.
- (B) a probabilidade de o teste identificar corretamente um efeito real quando ele existe (Poder do Teste).
- (C) concluir que a política foi ineficaz, quando na verdade ela reduziu a inadimplência.
- (D) a diferença natural e esperada entre a estatística da amostra e o parâmetro real da população (erro de amostragem).
- (E) manter a Hipótese Nula (afirmar que nada mudou), quando ela é, na verdade, falsa.

8. (FCC - 2025)

Deseja-se saber se a nota média dos alunos (μ) em Matemática de um colégio municipal é superior a 5 ao nível de significância de 5%. Supondo que a população formada pelas respectivas notas seja normalmente distribuída com variância desconhecida, extraiu-se uma amostra aleatória de tamanho 16, com reposição, obtendo uma nota média amostral igual a 6,08 e um desvio padrão Igual a 1,2. Foram formuladas as hipóteses $H_0: \mu = 5$ (hipótese nula) e $H_1: \mu > 5$ (hipótese alternativa)

considerando os resultados apresentados pela amostra. Utilizando o teste t (distribuição de Student) encontra-se o valor da estatística t_c (t calculado) para comparação com o valor t da tabela da distribuição t de Student. A razão entre t_c e o número de graus de liberdade do teste é Igual a

- (A) 0,360
- (B) 0,240
- (C) 0,225



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. (FCC - 2026)

Um pesquisador universitário coleta dados pessoais para uma investigação científica sobre padrões de consumo.

Nesse caso, a LGPD

(A) só se aplica se os dados forem transferidos internacionalmente.

(B) não se aplica se o pesquisador for pessoa natural, mesmo que publique os resultados em revista científica internacional com fins comerciais.

(C) não se aplica, pois a pesquisa tem finalidade acadêmica, mas ainda assim outros artigos devem ser observados.

(D) não se aplica, pois toda pesquisa científica está totalmente fora de seu alcance.

(E) se aplica integralmente, sem exceções, em qualquer pesquisa acadêmica.

2. (FCC - 2026)

Quanto aos fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados, considere:

I. o respeito à privacidade;

II. a autodeterminação informativa;

III. a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;

IV. a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II, III e IV.

(B) I, III e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) II e IV, apenas.

3. (FCC - 2026)

A Lei Geral de Proteção e Dados NÃO se aplica ao tratamento de dados pessoais para fins

(A) de utilização por pessoa de direito privado no tocante à defesa nacional.

(B) abertamente franqueados a particulares e com fins econômicos, realizados por pessoa natural.

(C) irrestritos de atividades de investigação e repressão penais.

(D) irrestritos de segurança do Estado, sem previsão de medidas proporcionais.

(E) exclusivos de segurança pública.

4. (FCC - 2026)

No contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e das diretrizes de governança e tratamento da informação previstas no MoReq-Jus, é **correto** afirmar que

(A) o tratamento de dados pessoais deve observar princípios como finalidade, necessidade e transparência, assegurando que as operações realizadas estejam alinhadas às bases legais da LGPD e aos requisitos de governança, rastreabilidade, segurança e controle previstos no MoReq-Jus para sistemas de gestão documental e ambientes institucionais.

(B) a LGPD se aplica exclusivamente a dados tratados por meios digitais, restringindo seu alcance apenas às operações informatizadas e desconsiderando, inclusive, os procedimentos manuais e híbridos contemplados pelo MoReq-Jus como parte do ciclo de vida dos documentos e dos requisitos de gestão da informação.

(C) dados pessoais sensíveis incluem qualquer informação disponível em redes sociais, ampliando de forma indevida o conceito legal e ignorando que o MoReq-Jus prevê classificações específicas de informação que não se confundem com a definição restrita de sensibilidade estabelecida pela LGPD.

(D) a LGPD impede qualquer forma de compartilhamento de dados entre órgãos públicos, estabelecendo uma vedação absoluta que contraria tanto as bases legais previstas na própria lei quanto os requisitos de interoperabilidade e troca segura de informações definidos pelo MoReq-Jus para ambientes institucionais.

(E) dados anonimizados são considerados dados pessoais para todos os efeitos legais, mantendo-se integralmente sujeitos às regras da LGPD e desconsiderando que o MoReq-Jus prevê mecanismos de anonimização e pseudonimização justamente para diferenciar informações identificáveis daquelas que não permitem reidentificação razoável.



AMOSTRA

5. (FCC - 2026)

Uma equipe de desenvolvimento de sistemas do Ministério Público está projetando um novo sistema de gestão de processos que envolverá o tratamento de dados pessoais de cidadãos e servidores. Durante a fase de especificação, a equipe busca garantir que o sistema atenda aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) desde a sua concepção.

Considerando as disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), no desenvolvimento do sistema, o

- (A) princípio da qualidade dos dados estabelece que os dados pessoais devem ser mantidos anonimizados de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade do tratamento.
- (B) princípio da necessidade determina que o tratamento de dados pessoais deve ser limitado ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento.
- (C) princípio da finalidade permite que os dados pessoais coletados sejam posteriormente utilizados para finalidades diferentes daquelas informadas ao titular, desde que haja interesse público justificado.
- (D) tratamento de dados pessoais sensíveis, como dados biométricos para controle de acesso, dispensa o consentimento do titular quando utilizado para segurança institucional.
- (E) princípio da adequação exige que o tratamento seja compatível com as finalidades informadas ao titular, mas permite que os dados sejam repassados a terceiros de acordo com a política de segurança de órgãos públicos.

6. (FCC - 2024)

São agentes de tratamento de dados, segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):

- (A) o arquivista e o técnico de arquivo.
- (B) o servidor público e o cidadão.
- (C) o produtor e o preservador.
- (D) o controlador e o operador.
- (E) o gerente e o supervisor.

7. (FCC - 2024)

Organizações que coletam dados de usuários através de seus sistemas precisam, para a criação de uma política de privacidade eficaz e em consonância com as leis de proteção de dados, informar claramente aos usuários

- (A) quais dados estão sendo coletados e para qual finalidade.
- (B) o tempo máximo de resposta para solicitações de acesso aos dados pelos usuários.
- (C) a frequência com que os dados são atualizados no sistema.
- (D) o histórico completo de todos os acessos aos dados pelos funcionários da empresa.
- (E) a localização física onde os dados são armazenados.

8. (FCC - 2023)

A lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados. Para seus efeitos, considera dado anonimizado aquele:

- (A) Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, referente à saúde ou à vida sexual, vinculado a uma pessoa natural.
- (B) Utilizado sob meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.
- (C) Relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião do seu tratamento.
- (D) Suspenso temporariamente de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados.
- (E) Excluído do conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.

9. (FCC - 2021)

Dentre os princípios que regem as atividades de tratamento de dados pessoais, nos termos do que estatui a Lei Federal nº 13.709/2018, o princípio

- (A) da transparência exige que o titular dos dados seja sempre informado, em qualquer operação de tratamento de dados envolvendo seu nome, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- (B) da finalidade exige que seja informado ao titular o propósito do tratamento de dados, a fim de que seja possível aferir a proporcionalidade e adequação da atuação do operador de dados.
- (C) do consentimento exige ciência, anuência e autorização do titular de dados para tratamento de dados pela Administração pública, que só pode fazê-lo para execução de políticas públicas.



NOÇÕES DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

1. (2026)

A Inteligência Artificial (IA) compreende uma área da computação dedicada ao desenvolvimento de sistemas capazes de executar tarefas normalmente associadas a capacidades humanas. Considerando a caracterização apresentada no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A IA limita-se à execução de cálculos matemáticos previamente programados e não pode trabalhar com linguagem natural.
- (B) A IA corresponde exclusivamente a sistemas que reproduzem integralmente o raciocínio e a consciência humanos.
- (C) A IA pode ser empregada para reconhecer padrões, interpretar linguagem, classificar informações, realizar previsões, gerar conteúdo e apoiar decisões.
- (D) Todo sistema automatizado necessariamente emprega aprendizado de máquina e redes neurais profundas.
- (E) A IA somente pode ser considerada existente quando o sistema possui acesso permanente à internet.

2. (2026)

O aprendizado de máquina, ou machine learning, constitui importante abordagem relacionada à Inteligência Artificial. De acordo com o texto, uma característica fundamental dessa abordagem consiste em:

- (A) permitir que modelos identifiquem padrões a partir de dados, em vez de depender exclusivamente de regras programadas manualmente.
- (B) eliminar completamente a utilização de dados durante o funcionamento de sistemas computacionais.
- (C) utilizar necessariamente regras fixas no formato “se A ocorrer, faça B”.
- (D) restringir-se à geração de imagens e conteúdos audiovisuais.
- (E) exigir que todas as decisões tomadas pelo sistema sejam previamente cadastradas por um programador.

3. (2026)

A automação tradicional não deve ser confundida com Inteligência Artificial. Considerando essa distinção, assinale a alternativa correta.

- (A) Uma automação somente funciona quando utiliza modelos generativos de linguagem.
- (B) Todo programa que executa regras previamente estabelecidas é necessariamente um sistema de aprendizado profundo.
- (C) Sistemas de IA são incapazes de trabalhar com situações menos rigidamente estruturadas.
- (D) Um programa pode executar automaticamente uma regra previamente definida sem utilizar aprendizado de máquina.
- (E) Automação tradicional e Inteligência Artificial são expressões equivalentes para qualquer sistema computacional.

4. (2026)

A Inteligência Artificial generativa apresenta características que a distinguem de sistemas destinados exclusivamente à classificação ou execução de regras. Segundo o texto, a IA generativa:

- (A) somente reorganiza conteúdos previamente armazenados, sem produzir novas saídas.
- (B) é projetada para produzir novos conteúdos a partir de padrões aprendidos e das instruções recebidas.
- (C) funciona exclusivamente para criação de textos escritos.
- (D) dispensa qualquer entrada ou orientação fornecida pelo usuário.
- (E) produz necessariamente conteúdos factualmente corretos.



AMOSTRA

5. (2026)

Nas ferramentas de IA generativa de texto, a entrada fornecida pelo usuário exerce papel relevante na orientação da resposta. Essa entrada é normalmente denominada:

- (A) token.
- (B) algoritmo.
- (C) dataset.
- (D) parâmetro neural.
- (E) prompt.

6. (2026)

Large Language Models (LLMs) são modelos desenvolvidos para processar e produzir sequências linguísticas. Durante sua construção, esses modelos:

- (A) aprendem regularidades estatísticas presentes nos dados utilizados em seus processos de treinamento e desenvolvimento.
- (B) armazenam obrigatoriamente cópias integrais de todos os documentos utilizados no treinamento.
- (C) transformam toda informação recebida em uma regra determinística.
- (D) consultam necessariamente a internet antes de produzir cada palavra.
- (E) trabalham exclusivamente com números e não processam linguagem natural.

7. (2026)

No funcionamento de modelos de linguagem, o texto é processado em unidades denominadas tokens. Com relação a esse conceito, assinale a alternativa correta.

- (A) Cada token corresponde obrigatoriamente a uma frase completa.
- (B) Tokens existem apenas em modelos utilizados para geração de imagens.
- (C) Um token pode corresponder a uma palavra inteira, parte de uma palavra, pontuação ou outra unidade textual.
- (D) Um token corresponde necessariamente a uma letra isolada.
- (E) Tokens são fontes externas utilizadas para comprovar a veracidade de uma resposta.

8. (2026)

A geração de respostas pelos modelos de linguagem possui natureza probabilística. Uma consequência importante dessa característica é que:

- (A) toda resposta linguisticamente correta também é necessariamente verdadeira.
- (B) os modelos são incapazes de gerar textos coerentes.
- (C) uma resposta somente pode ser produzida depois da consulta a uma fonte oficial.
- (D) um sistema pode gerar um texto fluente sem oferecer garantia de verdade factual.
- (E) os modelos deixam de utilizar o contexto fornecido pelo usuário.

9. (2026)

A denominada janela de contexto está relacionada à quantidade de informação disponível para o modelo durante determinada interação. Segundo o material, esse contexto pode abranger:

- (A) exclusivamente a última pergunta enviada pelo usuário.
- (B) instruções, mensagens anteriores, documentos fornecidos e outros elementos disponibilizados à ferramenta.
- (C) apenas informações existentes na internet.
- (D) somente documentos produzidos pela própria ferramenta.
- (E) exclusivamente informações armazenadas durante o treinamento original do modelo.

10. (2026)

A organização do contexto fornecido a uma ferramenta de IA influencia a utilidade das respostas. Conforme o texto, é correto afirmar que:

- (A) quanto maior a quantidade de texto fornecida, maior será necessariamente a precisão da resposta.
- (B) informações contraditórias nunca afetam o desempenho de um modelo.
- (C) o contexto é irrelevante quando o prompt possui mais de uma frase.
- (D) documentos extensos garantem a eliminação de alucinações.
- (E) contexto excessivo, contraditório ou mal organizado pode dificultar a identificação da tarefa principal.



NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FCC - 2023)

São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II. permitir a livre manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.

III. erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Está correto o que consta de

- (A) I e III, apenas
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

2. (FCC - 2023)

A solução pacífica dos conflitos é prevista na Constituição Federal de 1988 como

- (A) objetivo fundamental.
- (B) fundamento da República.
- (C) princípio das relações internacionais.
- (D) parte do preâmbulo.
- (E) direito e garantia fundamental

3. (FCC - 2026)

Considere a Constituição Federal de 1988 para responder à questão abaixo:

Hans, alemão, viúvo, vivia há mais de 30 anos no Brasil, quando faleceu na última semana. Hans possui apenas um herdeiro: o seu filho Karl, brasileiro. Considerando que Hans tenha deixado somente dois bens imóveis, ambos localizados no Brasil, e com base exclusivamente nas informações fornecidas, a sucessão dos bens de Hans será regulada pela lei

- (A) alemã em benefício de Karl, em qualquer situação, pois o de *cujus* é alemão.
- (B) brasileira em benefício de Karl, se não lhe for mais favorável a lei alemã.

(C) brasileira em benefício de Karl, em qualquer situação, pois os únicos bens deixados pelo de cujus estão situados no Brasil.

(D) brasileira ou alemã, a critério de Karl, independentemente de qual lhe seja mais favorável.

(E) brasileira em benefício de Karl, em qualquer situação, pois o único herdeiro do de cujus é brasileiro.

4. (FCC - 2026)

Eram 22h30 quando Rosemary, estudante de biomedicina, fazia seu treino de corrida. Ao passar em frente a uma residência na rua paralela à da sua casa, Rosemary viu uma pessoa passando mal, sozinha, caída no jardim, tentando se levantar e se locomover, mas sem conseguir. Rosemary, então, sem o consentimento de nenhum morador da referida residência, invadiu o imóvel para prestar socorro à pessoa que estava ali caída.

Nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Rosemary

(A) poderia ter penetrado no imóvel apenas se fosse durante o dia, por determinação judicial.

(B) poderia ter penetrado no imóvel, pois, apesar de a casa ser asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, há exceção para os casos de flagrante delito ou desastre e para prestação de socorro, assim como, durante o dia, por determinação judicial.

(C) não poderia ter penetrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, havendo exceção apenas nos casos de flagrante delito ou desastre.

(D) poderia ter penetrado no imóvel, pois, apesar de a casa ser asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, há exceção apenas para o caso de prestação de socorro.

(E) não poderia ter penetrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.



AMOSTRA

5. (FCC - 2025)

Em janeiro de 2022, passou a vigorar no Brasil a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância. Promulgada por Decreto presidencial, a Convenção havia sido previamente aprovada, por meio de Decreto Legislativo, na seguinte conformidade: inicialmente, aprovada na Câmara

dos Deputados, por 413 e 417 votos dos 513 Deputados, em primeiro e segundo turno, respectivamente; na sequência, igualmente aprovada no Senado Federal, por 71 e 66 votos, dos 81 Senadores, em primeiro e segundo turno, respectivamente.

À luz da Constituição Federal, pelo modo de aprovação nas Casas do Congresso Nacional, referida Convenção

(A) possui *status* equivalente ao das emendas constitucionais; dentre seus objetos, volta-se contra prática que, por determinação constitucional, constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

(B) possui *status* equivalente ao de normas supra-constitucionais, que, por serem instituidoras de cláusulas pétreas, não se sujeitam a controle de constitucionalidade.

(C) não possui *status* equivalente ao das emendas constitucionais; dentre seus objetos, volta-se contra prática que, por determinação constitucional, constitui crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, nos termos da lei.

(D) possui *status* equivalente ao das emendas constitucionais; dentre seus objetos, volta-se contra prática que, por determinação constitucional, constitui crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, nos termos da lei.

(E) não possui *status* equivalente ao das emendas constitucionais; dentre seus objetos, volta-se contra prática que, por determinação constitucional, constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

6. (FCC - 2025)

O resguardo ao sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional, está diretamente relacionado, na Constituição da República Federativa do Brasil, de forma expressa:

(A) ao uso soberano dos ativos energéticos.

(B) à proteção dos recursos hídricos estratégicos do país.

(C) a assegurar a todos o acesso à informação.

(D) aos limites impostos ao dever de transparência orçamentária.

(E) ao exercício das liberdades de reunião, expressão e manifestação.

7. (FCC - 2024)

A Constituição Federal assegura, nos termos da lei,

(A) legitimidade para a impetração de mandado de segurança coletivo à organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e desde que em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses da coletividade.

(B) aos autores de inventos industriais, privilégio vitalício para sua utilização.

(C) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas.

(D) o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

(E) mediante o pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal ou coletivo.

8. (FCC - 2022)

O princípio da legalidade previsto no art. 5º da Constituição da República corresponde à regra de que

(A) todos os cidadãos se submetem à lei sem distinção e privilégio, dependendo as exceções de expressa previsão legal.

(B) a República Federativa do Brasil se rege segundo as leis votadas pelo Congresso Nacional, de acordo com o processo legislativo.

(C) no Estado Democrático de Direito a vontade do governante é submetida à vontade do Poder Legislativo expressa por meio de leis.

(D) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

(E) o ordenamento jurídico nacional, por meio de sua legislação penal, punirá os atos que se desviem da legalidade.

9. (FCC - 2022)

Atenção: Para responder à questão, considere a Constituição Federal de 1988.

Os moradores de um determinado bairro da cidade de Teresina desejam criar, na forma da lei, uma associação com o intuito de melhorar o bem-estar da comunidade onde vivem. A criação dessa associação



NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FCC - 2023)

Considerando a natureza jurídica dos atos administrativos e a competência para sua edição,

- (A) somente autoridades integrantes da Administração Pública podem proferi-los, na medida em que representam ou veiculam manifestação de vontade do Poder Executivo.
- (B) somente os atos vinculados editados com vício de competência podem ser convalidados, não se admitindo convalidação de atos de natureza discricionária.
- (C) são proferidos pelas autoridades indicadas pela legislação, não se admitindo convalidação de atos discricionários ou vinculados.
- (D) podem ser editados por agentes públicos integrantes da estrutura da Administração Pública, mas também por integrantes do Poder Judiciário, quando no exercício de funções executivas típicas.
- (E) os atos praticados com vício de forma ou de procedimento admitem convalidação, o que não se aplica ao vício de competência, porque insanável.

2. (FCC - 2022)

Entre os elementos (ou requisitos) do ato administrativo estão a

- (A) competência e a autoexecutoriedade.
- (B) vinculação e a imperatividade.
- (C) discricionariedade e a presunção de legitimidade.
- (D) data e o local.
- (E) competência e a finalidade.

3. (FCC - 2022)

No que diz respeito aos atributos do Ato Administrativo, a

- (A) autoexecutoriedade é o atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração pública, com a necessidade de prévia intervenção do Poder Judiciário.
- (B) imperatividade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, mediante a sua concordância explícita, e está presente em todos os atos administrativos.

- (C) presunção de legitimidade é um atributo presente em todos os atos administrativos e decorre da sujeição da Administração pública à lei. Assim, os atos administrativos, até prova em contrário, presumem-se em conformidade com o sistema normativo.
- (D) tipicidade é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas pela lei de forma prévia, ou que venham a ser definidas em momento posterior a sua prática ou concretização, como aptas a produzir determinados resultados.
- (E) exigibilidade é o atributo pelo qual a Administração pública tem o poder de exigir que a obrigação imposta seja cumprida, sob pena de sanções legais, dependendo de prévia autorização judicial.

4. (FCC - 2022)

Em relação aos atos administrativos, o instrumento de que se valem as autoridades para transmitir ordens internas uniformes aos seus subordinados é denominado

- (A) Despacho.
- (B) Circular.
- (C) Portaria.
- (D) Alvará.
- (E) Visto.

5. (FCC - 2022)

A lavratura de um auto de infração por um particular usurpador de função pública constitui um ato administrativo

- (A) existente, inválido e eficaz.
- (B) existente, válido e eficaz.
- (C) existente, válido e ineficaz.
- (D) inexistente.
- (E) existente, inválido e ineficaz.



AMOSTRA

6. (FCC - 2022)

Suponha que Joaquim é prefeito de uma cidade do interior do Amazonas e deseja publicar um decreto de autorização para funcionamento de bancas de jornal no Município.

Para editá-lo, Joaquim deve respeitar o previsto na legislação e, ainda, realizar uma avaliação de conveniência e oportunidade sobre o mérito do decreto. Nesse caso, Joaquim está editando um ato classificado como

- (A) discricionário.
- (B) vinculado.
- (C) inexistente.
- (D) disciplinar.
- (E) arbitrário.

7. (FCC - 2025)

Considere que um servidor público tenha requerido afastamento para participar de um curso fora de seu local de exercício e seu pedido tenha sido deferido. Pouco antes da data informada para a realização do curso, o superior hierárquico do servidor recebeu uma denúncia anônima, imputando como inautêntica a notícia do evento.

Efetuada diligências, constatou-se que O curso, de fato, não existia. O ato de deferimento do pedido de afastamento para participação do curso

- (A) deve ser anulado, em razão do vício de motivo, este que não admite convalidação.
- (B) depende de decisão judicial para sua anulação, tendo em vista que foi regular e legitimamente editado, não podendo ser desconstituído unilateralmente.
- (C) deve ser mantido, na qualidade de ato jurídico perfeito, sem prejuízo da responsabilização disciplinar do servidor.
- (D) apresenta vício de motivação, devendo, portanto, ser declarado nulo, caso a autoridade competente não providencie sua convalidação tempestivamente.
- (E) deve ser revogado pela autoridade que emitiu o ato, ante o comprovado vício de legalidade.

8. (FCC - 2023)

Um ato administrativo discricionário que tenha sido contestado judicialmente em razão de não serem verdadeiros os motivos declinados pela Administração para fundamentar a sua edição

- (A) escapa ao controle de mérito próprio do judiciário, somente podendo ser anulado administrativamente por razões de conveniência e oportunidade.
- (B) poderá ser revogado judicialmente, se o juízo concluir que não apresenta comprovação de atendimento ao interesse público à luz do exame dos motivos reais para sua edição.
- (C) não é passível de controle de legalidade no âmbito judicial, este que somente se opera em relação a atos vinculados.
- (D) é passível de anulação judicial, por vício de motivo, sem que tal medida importe invasão do mérito do ato.
- (E) ostenta desvio de finalidade, podendo, estritamente sob tal aspecto, ser objeto de revogação em sede judicial.

9. (FCC - 2022)

A respeito das modalidades de extinção dos atos administrativos, a

- (A) anulação deve ocorrer quando há algum vício no ato, relativo à legalidade e constitui sempre um controle de legalidade, nunca um controle de mérito.
- (B) cassação ocorre quando uma nova legislação impede a permanência da situação anteriormente consentida pelo poder público.
- (C) revogação é a retirada do mundo jurídico de um ato inválido, por determinação do Poder Judiciário.
- (D) caducidade é a extinção do ato administrativo quando o seu beneficiário deixa de cumprir os requisitos que deveria permanecer atendendo, como exigência para a manutenção do ato e de seus efeitos.
- (E) renúncia se configura quando um ato, emitido com fundamento em determinada competência, extingue outro ato, anterior, editado com base em competência diversa, vindo a se extinguir porque os efeitos daquele são opostos aos deste.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

1. (FCC - 2025)

Considere as seguintes situações:

Leonardo, 17 anos de idade, casou-se aos 16 anos.

Graziella, que completou 17 anos de idade há seis meses, foi emancipada por seus pais, na última semana, mediante instrumento público, sem homologação judicial.

A incapacidade

(A) cessou para Leonardo e Graziella.

(B) não cessou nem para Leonardo nem para Graziella, pois, no caso de Graziella, a emancipação não pode ser concedida por instrumento público, mas só por sentença judicial.

(C) cessou para Leonardo, apenas.

(D) cessou para Graziella, apenas.

(E) não cessou nem para Leonardo nem para Graziella, podendo cessar para Graziella se o instrumento público for homologado judicialmente.

2. (FCC - 2023)

O Código Civil estabelece que são absolutamente incapazes os

(A) excepcionais sem desenvolvimento mental completo.

(B) pródigos e os viciados em tóxico.

(C) que, por enfermidade ou deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

(D) menores de 16 anos.

(E) que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade.

3. (FCC - 2021)

Fábio, 16 anos, órfão de pai e mãe, vive com sua irmã em uma pequena casa construída por seu pai. A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas – Seinfra, de Salvador, acionou a Defensoria Pública do Estado da Bahia a fim de que o adolescente pudesse se tornar beneficiário de uma das unidades habitacionais das obras de urbanização integrada. Todavia, em razão de sua incapacidade civil relativa e da ausência de representante legal para prestar assistência, não preenchia os requisitos para se habilitar no programa residencial. Diante dessa situação, mostra-se adequado que a Defensoria Pública

(A) nomeie tutor ou curador especial para representá-lo perante a Secretaria Municipal, suprimindo a sua incapacidade relativa.

(B) oriente Fábio para que obtenha a sua emancipação por meio de instrumento público, independentemente de homologação judicial.

(C) oriente Fábio que aguarde atingir a maioridade a fim de que possa exercer por si só os atos da vida civil, uma vez que a emancipação não se mostra possível nas circunstâncias descritas.

(D) proponha judicialmente ação para o fim de obter a emancipação de Fábio e, consequentemente, ele passará a ser absolutamente capaz.

(E) represente Fábio em procedimento denominado de tomada de decisão apoiada.

4. (FCC - 2025)

Analise as seguintes proposições sobre direitos da personalidade:

I. Em qualquer caso, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, se acarretar diminuição permanente da integridade física.

II. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

III. Os direitos da personalidade são sempre intransmissíveis e irrenunciáveis.

IV. Não é válida, com objetivo altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo para depois da morte.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

(A) IV.

(B) I e II.

(C) II.

(D) I e III.

(E) III e IV.

5. (FCC - 2024)

“A vida humana não é apenas um conjunto de elementos materiais. Integram-na, outrossim, valores imateriais, como os morais. A Constituição empresta muita importância à moral como valor ético-social da pessoa e da família, que se impõe ao respeito dos meios de comunicação social (art. 221, IV). Ela, mais que as outras, realçou o valor da moral individual, tornando-a



AMOSTRA

mesmo um bem indenizável (art. 5º, Ve X). A moral individual sintetiza a honra da pessoa, o bom nome, a boa fama, a

reputação que integram a vida humana como dimensão imaterial. Ela e seus componentes são atributos sem os quais a pessoa fica reduzida a uma condição animal de pequena significação.”

(SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 39.ed., 2016, p. 203

O texto acima relaciona-se com

- (A) a responsabilidade civil contratual.
- (B) a responsabilidade civil objetiva, ou subjetiva, por danos contra pessoa física ou jurídica.
- (C) os direitos da personalidade.
- (D) a responsabilidade civil por danos exclusivamente materiais.
- (E) o direito de família.

6. (FCC - 2022)

Luiza, maior e capaz, é travesti e gostaria de alterar seu nome e sexo no registro civil de nascimento. De acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 4275, a alteração é possível sem a necessidade de cirurgia de transgenitalização

- (A) extrajudicialmente, independentemente de tratamento hormonal ou perícia psicossocial.
- (B) judicialmente, apenas, independentemente de tratamento hormonal ou perícia psicossocial.
- (C) extrajudicialmente, mediante a realização de perícia psicossocial.
- (D) judicialmente, apenas, mediante a realização de perícia psicossocial.
- (E) extrajudicialmente, mediante a realização de terapia hormonal.

7. (FCC - 2021)

Juliana publicou em sua rede social relatos e fotos da rotina de exercícios físicos e regime que a fizeram perder 26 quilos. A rede social era aberta ao público e Juliana reunia mais de 100 mil seguidores. Contudo, Juliana foi surpreendida ao verificar que sua imagem estava sendo veiculada em publicidades por uma empresa que vendia remédios de emagrecimento. De acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a

(A) publicação não autorizada de imagem com fins comerciais e econômicos, por si só, não gera direito a indenização, que depende da comprovação de prejuízo e da violação de outros direitos da personalidade.

(B) indenização pela publicação não autorizada de sua imagem para fins econômicos e comerciais depende da comprovação do uso ofensivo da imagem.

(C) indenização pela publicação não autorizada de sua imagem para fins econômicos e comerciais independe da prova de prejuízo.

(D) indenização pela publicação não autorizada de imagem com fins econômicos ou comerciais, independentemente da prova de prejuízo, aplica-se somente em caso de vítima criança ou adolescente.

(E) indenização pela publicação não autorizada de imagem com fins econômicos depende não somente da comprovação de prejuízo, como também do lucro auferido pela empresa pelo uso da imagem.

8. (FCC - 2024)

José, contando 85 anos de idade, dirigia seu automóvel, na companhia de sua esposa, Josefa, com 50 anos, não chegando ao destino, e deles não se teve mais notícia. Pedro, pretendendo encontrá-los, fretou um avião, que desapareceu. Nessas circunstâncias, a sucessão definitiva de

(A) José e de Josefa poderá ser requerida somente após cinco anos do trânsito em julgado da sentença que lhes concedera a sucessão provisória, e de Pedro, apenas depois de dois anos de encerradas as buscas da aeronave.

(B) José, de Josefa e de Pedro só poderá ser requerida dois anos após encerradas as buscas por eles.

(C) José e de Josefa poderá ser requerida, após cinco anos da abertura de suas sucessões provisórias, e poderá declarar-se por sentença a morte presumida de Pedro, depois de esgotadas as buscas e averiguações.

(D) José poderá ser requerida, depois de cinco anos de suas últimas notícias, e de Josefa, dez anos depois de transitada em julgado a sentença que concedeu a abertura da sucessão provisória; o Juiz poderá declarar por sentença a morte presumida de Pedro, depois de esgotadas as buscas e averiguações.

(E) José, de Josefa e de Pedro somente poderá ser requerida após cinco anos de buscas, sem encontrá-los.



NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

1. (FCC - 2022)

Ao disciplinar o direito de greve dos servidores públicos, a Constituição Federal estabeleceu, expressamente, que “será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”. Quanto à sua capacidade de produção de efeitos, cuida-se de norma constitucional de eficácia

- (A) limitada.
- (B) contida.
- (C) plena.
- (D) programática.
- (E) restringível.

2. (FCC - 2022)

Considerando o tema processo legislativo, a manutenção em vigor de Constituição anterior que, porém, perde a sua hierarquia constitucional para operar como legislação comum é conhecida como

- (A) desidratação constitucional.
- (B) reprimininação.
- (C) recepção.
- (D) desclassificação constitucional.
- (E) desconstitucionalização.

3. (FCC - 2026)

São mecanismos que concretizam, na prática do Supremo Tribunal Federal, a teoria da “Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição”, de Peter Häberle,

- (A) o instituto da repercussão geral no recurso extraordinário e o julgamento de recursos especiais repetitivos.
- (B) o efeito vinculante das decisões proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade e a autoridade da coisa julgada.
- (C) a realização de audiências públicas e a intervenção do *amicus curiae* (amigo da corte) nos processos de controle de constitucionalidade.
- (D) o controle concentrado e abstrato de constitucionalidade e o princípio da reserva de plenário para a declaração de inconstitucionalidade.
- (E) a impetração de *habeas corpus* para a tutela da liberdade de locomoção e de mandado de segurança para a proteção de direito líquido e certo.

4. (FCC - 2026)

O reconhecimento de direito com base em interpretação conforme a Constituição, em diálogo com normas internacionais de direitos humanos, por órgão fracionário de tribunal, o qual, por sua vez, afasta a restrição a esse direito promovida por lei interna,

- (A) ofende a cláusula de reserva de plenário e a competência do Supremo Tribunal Federal, de modo que a adequação interpretativa deve se dar por alteração legislativa.
- (B) é inadmissível, tendo em vista que a utilização de parâmetros internacionais não possui relevância jurídica interna.
- (C) exige prévia declaração formal de inconstitucionalidade pelo plenário, ainda que se trate do uso da técnica de interpretação conforme a Constituição.
- (D) é admissível, tendo em vista que tal interpretação admite adequação da norma infraconstitucional sem declaração de invalidade.
- (E) depende de provocação em controle concentrado incidental, remetendo a controvérsia para análise pelo plenário.

5. (FCC - 2025)

Considere o seguinte excerto, extraído de voto proferido por Ministro do Supremo Tribunal Federal, em sede de julgamento de ação direta de inconstitucionalidade:

“Como intuitivo, a __ tem limites, e se ultrapassá-los estará violando o poder constituinte e, em última análise, a soberania popular. [...]”

“A __ há de estancar diante de dois limites: a) as possibilidades semânticas do relato da norma, vale dizer, os sentidos possíveis do texto que está sendo interpretado ou afetado; e b) a preservação dos princípios fundamentais que dão identidade aquela específica Constituição. Se o sentido novo que se quer dar não coube no texto, será necessária a convocação do poder constituinte reformador. E se não couber nos princípios fundamentais, será preciso tirar do estado de latência o poder constituinte originário”.



AMOSTRA

O texto acima transcrito discorre a respeito da

(A) mutação constitucional, vedada pela ordem jurídica brasileira, uma vez que regida por Constituição rígida, que apenas pode ser alterada por emenda constitucional.

(B) mutação constitucional, admitida pela ordem jurídica brasileira sob certas condições, podendo ser concretizada mediante interpretação judicial que a reconheça.

(C) emenda à Constituição, que encontra limites materiais, formais e circunstanciais previstos no próprio texto constitucional.

(D) observância do princípio da simetria, aplicável, inclusive, ao processo legislativo estadual, por força do princípio constitucional sensível da separação de poderes.

(E) autonomia do poder constituinte dos Estados-membros, que nasce subordinado ao poder constituinte originário, limitado pelo texto constitucional e que deve ser exercido nas condições por ele estabelecidas.

6. (FCC - 2022)

A mutação constitucional pressupõe que

(A) deverá haver emenda constitucional ao texto.

(B) há nova constituição vigente.

(C) há nova interpretação sem alteração do texto.

(D) o que antes era legal, passou a ser ilegal.

(E) houve alteração formal da Constituição, por qualquer meio de revisão.

7. (FCC - 2021)

Segundo J.J. Gomes Canotilho são princípios e regras interpretativas das normas constitucionais, entre outros,

(A) o efeito plástico, a organicidade material e a teleologia.

(B) a justeza, a concordância prática e a clareza dos conceitos.

(C) a força normativa da constituição, a harmonização e a teleologia.

(D) o efeito estagnativo, a conformidade funcional e a harmonização.

(E) a unidade da constituição, o efeito integrador e a conformidade constitucional.

8. (FCC - 2021)

Dentre os princípios de interpretação constitucional, aquele que indica a necessidade de se dar preferência aos critérios de interpretação que favoreçam a integração política e social e o reforço da unidade política é chamado de princípio

(A) do efeito integrador.

(B) da máxima efetividade.

(C) da conformidade funcional.

(D) da harmonização integrativa.

(E) da concordância prática.

9. (FCC - 2021)

A modificação constitucional em que não há vontade de alterar o texto, mas é reflexo da sociedade sobre a qual este incide, é conhecida como

(A) revisão constitucional.

(B) mutação constitucional.

(C) interpretação constitucional.

(D) reforma constitucional.

(E) concordância prática constitucional.

10. (FCC - 2021)

Considere o seguinte excerto de voto do Min. Roberto Barroso, proferido em sede de julgamento de Recurso Extraordinário com repercussão geral, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal:

[...] o Direito brasileiro vem manifestando, desde a promulgação da Constituição de 1988, por seu poder constituinte originário, por seu poder constituinte derivado e pelo legislador ordinário, o firme propósito de avançar na proteção conferida à criança e ao filho adotivo. É de acordo com essa evolução, com a cadeia de normas antes descrita e à luz dos compromissos e dos valores que elas expressam, que o alcance da licença maternidade das servidoras públicas deve ser interpretado. No caso em exame, todos os capítulos desta história avançaram, paulatinamente, para majorar a proteção dada à criança adotada e igualar seus direitos aos direitos fruídos pelos filhos biológicos.

Assim, observado tal parâmetro, há um único entendimento compatível com a história que vem sendo escrita sobre os direitos da criança e do adolescente no Brasil: aquele que beneficia o menor, ao menos, com uma licença maternidade com prazo idêntico ao da licença a que faz jus o filho biológico. Esse é o sentido e alcance que se deve dar ao art. 7º, XVIII, da Constituição, à luz dos compromissos de valores e de princípios assumidos pela sociedade brasileira ao adotar a Constituição de 1988. É, ainda, o entendimento que



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

